

CRESS-PR em MOVIMENTO



CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região

8 DE MARÇO DE 2018

Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020



A RESISTÊNCIA NOS UNE, A LUTA NOS LIBERTA



Violência, racismo e machismo. Esse cenário de dominação e opressão, e que atinge especialmente as mulheres negras e pobres, desafia as mulheres e organizações feministas, no Dia Internacional da Mulher. Índices apresentados nos últimos anos, escancaram a situação de violência em que elas se encontram no Brasil.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2017, uma mulher é assassinada a cada duas horas no país. A cada hora, 503 mulheres sofrem algum tipo de violência, além de 5 espancamentos a cada 2 minutos. Em 2016, ocorreu um estupro a cada 11 minutos no Brasil, sem considerar as violações de direitos que não são registradas ou denunciadas, e por isso não compõem os relatórios de vidas violentadas ou interrompidas.

O 8 de março de 2019 expõe o 5º lugar do Brasil no ranking dos países com maior taxa de feminicídio, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). A população LGBT também sofre com preconceito e violência.

Os dados alarmantes de violência são agravados com a desigualdade social e de gênero histórica. O desmonte dos direitos e das políticas públicas atinge especialmente as mulheres. A reforma

da Previdência Social, se aprovada, obriga as mulheres a se aposentarem apenas após 40 anos de contribuição e praticamente aos 62 anos de idade, para garantir o acesso a aposentadoria integral.

Diante do cenário alarmante de desigualdade e violência, o CRESS em movimento quer chamar a atenção de todas/os assistentes sociais e da sociedade para o fortalecimento das lutas em defesa da vida e dos direitos das mulheres. O CRESSPR reforça que essa luta não pode se limitar a uma data comemorativa, mas sim, precisa se dar no cotidiano.

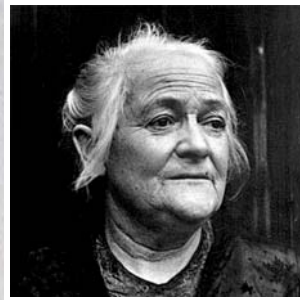
O material especial do Dia Internacional de Mulher apresenta artigos escritos por conselheiras do CRESS/PR, que se debruçaram sobre dados históricos e atuais para mapear a violência que as mulheres vêm sofrendo ao longo das décadas, entrevistas exclusivas com lideranças feministas e com a primeira travesti negra a obter o título de doutora no Brasil. Elas falam do árduo caminho em busca de conquistas, da opressão vivida pelas mulheres, e analisam o novo momento pelo qual a população brasileira passa.

Nessas entrevistas procuramos saber as estratégias de luta, a agenda de direitos e indicativos importantes para o trabalho cotidiano de assistentes sociais.

LUTA e RESISTÊNCIA

em defesa das mulheres

A alemã Clara Zetkin defendeu em 1910, durante o 2º Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague, a existência de uma data para marcar a luta pelos direitos das mulheres, sobretudo o direito ao voto. Em 2019, nas ações para a preparação desse momento de luta, nos encontramos diante de ataques frontais



Clara Zetkin

aos nossos direitos arduamente conquistados, disparados por um governo que despreza as mulheres, a população negra, LGBTQs e as/os trabalhadoras/es.

O Dia Internacional das Mulheres trabalhadoras oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 8 de março de 1975, tem sido marcado ao longo dos anos como data de protestos, de luta pela igualdade e de denúncia contra a violação de direitos historicamente conquistados. A origem da data tem algumas explicações históricas. Uma delas é relacioná-la ao incêndio ocorrido em 25 de março de 1911 na Companhia de Blusas Triangle, quando 146 trabalhadores morreram, sendo 125 mulheres e 21 homens. O fogo começou quando um trabalhador acendeu um cigarro perto de um monte de tecidos e alastrou-se rapidamente. As portas das escadas de incêndio estavam trancadas por fora, para evitar que os funcionários saíssem mais cedo. Portanto, a fatalidade pode ser interpretada como uma situação criminosa.

Uma passeata de mulheres e diversos protestos em 8 de março de 1917 (23 de fevereiro, no antigo calendário russo, o calendário gregoriano), em Petrogrado, acenderam a chama da Revolução Russa. Naquele dia, milhares delas foram às ruas da capital para protestar contra a fome e as terríveis condições de vida no país. A data foi escolhida porque representava o Dia Internacional da Mulher, importante comemoração do calendário de lutas em todo o mundo.

No dia seguinte, eram mais de 190 mil.

Em alguns momentos da história, principalmente em períodos de ditadura, o conteúdo emancipatório da data acabava ficando em segundo plano, no entanto, a marca comunista original sempre é retomada nesta data.



Passeata de Petrogrado

Evidência marcante em cada 8 de março é a comemoração da unidade entre as mulheres trabalhadoras, herdeiras das lutas feministas e das resistências operárias de todos os tempos, na defesa do direito ao trabalho com salário justo, ao direito de decidir sobre o nosso corpo, ao direito à moradia, à educação crítica e de qualidade e a saúde pública.

Neste Dia Internacional da Mulher, mais do que nunca é preciso ocupar as ruas para denunciar o governo Bolsonaro, verdadeiro inimigo das mulheres e do povo brasileiro. Este governo - que já no período eleitoral declarou-se publicamente misógeno, racista e LGBTfóbico - e parte de seu grupo, impõem a agenda imperialista mundial, aumentando a opressão contra as trabalhadoras e trabalhadores, com um reajuste do salário mínimo abaixo do previsto, com a proposta de uma reforma da Previdência criminosa, enquanto os banqueiros lucram bilhões ao ano.

A reforma da Previdência, visivelmente, afeta mais as mulheres, obrigando-as a se aposentar apenas após 40 anos de contribuição e praticamente aos 62 anos de idade, para garantir o acesso a aposentadoria integral, desrespeitando o fator maternidade, tanto no aspecto biológico, quanto no social, que é trabalho e que, por isso mesmo, diferencia a questão trabalho/previdência entre homens e mulheres; essa mesma reforma impede a mulher viúva acumular aposentadoria e pensão por morte o que, com certeza, impactará no empobrecimento das mulheres brasileiras.

#8M

A população inteira do Equador tem

16MI

de pessoas

Esse foi o número de mulheres que sofreram algum tipo de violência no Brasil em 2018

(Dados do IBOP 2018)

#8M

Em 2016, 1 estupro coletivo aconteceu a cada

2 HORAS

E MEIA NO BRASIL

Ministério da Saúde/Sinan

#8M

536

mulheres foram agredidas enquanto você estava almoçando

Por hora, essa quantidade de mulheres levaram socos, empurros ou fúrias em 2018 no Brasil

(Dados do IBOP 2018)

#8M

45

mulheres foram estupradas enquanto você assistia a um capítulo da novela

No Brasil, acontecem de 822 a 1.370 estupros por dia

(Dados do IBOP 2018)

Outra investida do atual governo contra as mulheres está no Decreto N°9.685/2019 que facilita a posse de armas de fogo. Sob a fálacia do combate à violência e à corrupção, impõe a proposta de posse de arma que reverterá em mais violência atingindo principalmente mulheres, mulheres negras, LBTs, jovens que vivem nas periferias, povos da floresta e do campo, em particular os indígenas. Estudos evidenciam que o armamento não diminui a violência, mas sim a potencializa. Uma pesquisa da Universidade Stanford, em 2017, concluiu que os crimes violentos aumentaram em até 15% nos estados norte-americanos que relaxaram as exigências para a posse e porte de armas. Da mesma forma, um estudo da Universidade de Harvard concluiu que a posse e porte de armas aumentam o homicídio de mulheres.



Estudos evidenciam que o armamento não diminui a violência, mas sim a potencializa.



No Brasil, o Dossiê Mulher (2018) aponta que a arma de fogo é o principal meio pelo qual se executa o homicídio de mulheres, representando 47,2% do total.

A violência contra mulheres e população LGBT é enaltecida, incentivada, estimulada e autorizada por este governo. Vidas são banalizadas através dos horrores praticados por agentes do governo, como o assassinato ocorrido há um ano da brava Marielle Franco, mulher negra, lésbica, feminista e defensora dos direitos humanos, e acobertado e ignorado. Este governo nega e, mais do que isso, desconstrói todos os direitos tão arduamente conquistados; ataca principalmente os direitos das mulheres e segmentos que compõem a diversidade, sendo mais atingidas as mulheres negras que, nesse cenário, sofrem brutalmente os impactos do desemprego, com baixos salários, ocupam os piores postos de trabalho e engrossam o subemprego e cotidianamente veem seus filhos sendo exterminados.

Neste cenário, ainda evidenciam-se as declarações da ministra Damare Alves (Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), que reafirma um ideário de inferiorização das mulheres em relação aos homens e de um modelo de família heteronormativo, que naturaliza e assim justifica as desigualdades salariais, as violências de gênero físicas e psicológicas, estupros e feminicídios, que mostram uma espiral ascendente na presente conjuntura. Portanto, os estereótipos de gênero reproduzidos pela ministra, evidenciam o descompromisso do atual governo com a imple-

mentação de políticas públicas de enfrentamento às manifestações de desigualdade entre homens e mulheres e de combate a violência contra mulheres, população LGBT e abuso contra crianças e adolescentes.

Destaca-se a campanha “Assistentes Sociais no combate ao racismo” de 2019, lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social e assumida pelo conjunto CFESS/CRESS, enquanto construção coletiva da categoria de assistentes sociais. Essa campanha visibiliza um dos nossos princípios éticos, que trata do exercício profissional do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, identidade de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. O racismo se constitui em uma das piores formas de discriminação e mais duradouras no Brasil, um país que ainda carrega em suas estruturas a marca racista, machista e colonial. O combate ao racismo é compromisso da nossa categoria. Para tanto, devemos combatê-lo em nosso cotidiano profissional e em todos os momentos da vida.



...um estudo da Universidade de Harvard concluiu que a posse e porte de armas aumenta o homicídio de mulheres.



Neste contexto, entendemos o importante papel dos movimentos feministas e de mulheres que têm a tarefa de galvanizar o repúdio a essas medidas medievais, medidas do capital e do patriarcado, juntamente com os demais movimentos sociais progressistas e partidos, para conformar uma ampla frente de luta social e política que faça oposição cerrada ao (des)governo Bolsonaro. Se o capitalismo impõe aos trabalhadores, em geral, péssimas condições de vida e trabalho, é ainda mais cruel com as mulheres. Nesse sentido é preciso reconhecer o importante papel das mulheres na luta de classes. Sem dúvida, a mobilização de 8 de março pode ser fator propulsor das lutas em 2019.

**“A resistência nos une! A luta nos liberta!
Viva o 8 de março! Viva a unidade e luta das mulheres!”**

Referências:

- Carneiro, Adriana J. 8 de março: **Origens do Dia Internacional da Mulher**. http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=149144&id_secao=8
- DONOHUE, John J. **Right-to-Carry Laws and Violent Crime: A Comprehensive Assessment Using Panel Data and a State-Level Synthetic Controls Analysis**. June 12, 2017. Disponível em: https://crimeresearch.org/wpcontent/uploads/2017/07/Do_Handguns_Make_Us_Safer_John_edits_6_9_2017_stamped.pdf
- Miller, Matthew; et al. **Firearm availability and suicide, homicide, and unintentional firearm deaths among women**. Journal of Urban Health March 2002, Volume 79, Issue 1, pp 26–38 Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3456383/pdf/11524_2006_Article_76.pdf
- Dossiê mulher 2018** / Orlanda Claudia R. de Moraes, Flávia Vastano Manso, organizadoras. – 13. versão. – Rio de Janeiro: RioSegurança. Instituto de Segurança Pública (ISP – RJ), 2018. 115 p. : il. – (RioSegurança. Série Estudos 2.) Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2018.pdf

Elza Maria Campos – Conselheira do CRESS – PR
Tamires Caroline de Oliveira - Conselheira do CRESS – PR
Daraci Rosa dos Santos – Integrante da Comissão Permanente de Ética do CRESS-PR



FEMINISMO

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar” (Ângela Davis).

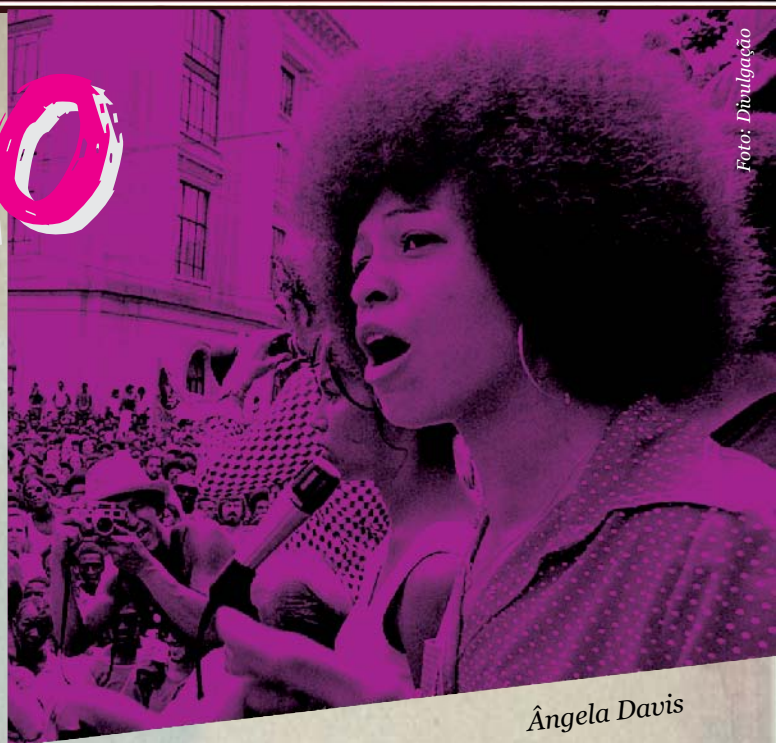
Quando Angela Davis, mulher negra, professora, militante dos direitos humanos, já demonstrava sua irreverência nas lutas por direitos civis nos Estados Unidos e denunciava de maneira contundente a violação dos direitos humanos particularmente das mulheres e do povo negro, nos anos 60 do século XX, as mulheres brasileiras caudatárias de longa trajetória de resistência marcada por grandes batalhas na história de nosso país, assinalavam também traços profundos do movimento da classe trabalhadora no geral e o movimento das mulheres e do feminismo no particular. Mas, nesse contexto há de se evidenciar que as mulheres negras e mulheres periféricas encontram caminhos também de denunciar o racismo, o capitalismo e o patriarcado.

A CADA 7.2 SEGUNDOS, UMA MULHER É VÍTIMA DE VIOLÊNCIA FÍSICA, A CADA 2 MINUTOS, UMA MULHER É VÍTIMA DE ARMA DE FOGO E A CADA 22.5 SEGUNDOS, UMA MULHER É VÍTIMA DE ESPANCAMENTO OU TENTATIVA DE ESTRANGULAMENTO.

Em pleno século XXI, e agravado pela conjuntura brasileira de submissão aos interesses das potências hegemônicas, do capital financeiro internacional e das elites nacionais que desmontam conquistas históricas no campo dos direitos sociais e das políticas públicas, o arcaico sistema patriarcal construído há milênios, aumenta seu domínio sobre as mulheres.

As intensas mobilizações e a forte atuação do movimento feminista a partir do final da década de 1950 no mundo, e na transição dos anos 1970 para 1980 no Brasil, que culminaram nos avanços da Constituição de 1988, quando houve a conquista de importantes alterações nas relações entre os sexos e a visibilização das assimetrias de gênero do que nos sete mil anos anteriores de história deste patriarcado, pode-se nesse momento de nossa conjuntura perder-se se não houver intensa mobilização e unidade da grande maioria da população ameaçada. Em potencial, a construção e materialização de direitos para as mulheres, com políticas, legislações e ações afirmativas, que reconheçam e postulavam enfrentamento às desigualdades e violências, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

Importante considerar que na relação com o capitalismo, o patriarcado (sistema de dominação das mulheres que se materializa



Ângela Davis

Foto: Divulgação

za na ideologia machista e em uma rede de poder e controle que quer se perpetuar), se potencializa com outros sistemas de dominação - como o racismo e que se junta a outras formas de dominação como os fundamentalismos tão presentes na onda conservadora e retrógrada da atualidade.

Ao verificarmos alguns dados, (optamos por apresentar os dados de violência doméstica) nos deparamos com a estatística de que uma mulher morre a cada uma hora e meia no Brasil, vítima da violência doméstica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) / Mapa da Violência - Homicídio de mulheres no Brasil (2015), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking dos países com maior taxa de feminicídio.

Infelizmente, segundo o último anuário de Segurança Pública, de 2017, aconteceram diariamente, 606 casos de violência doméstica com lesão corporal dolosa (quando tem intenção de lesionar a vítima). No total, foram mais de 221 mil registros de violência doméstica, só em 2017. E, pelo menos 21 casos de feminicídio na primeira semana de 2019 (Crime de assassinato pelo fato de ser mulher é considerado hediondo e está previsto em lei de 2015).

NO BRASIL MATA-SE MAIS MULHERES NEGRAS DO QUE BRANCAS

Segundo o Relógio da Violência do Instituto Maria da Penha, no Brasil, a cada 7.2 segundos, uma mulher é vítima de violência física; a cada 2 minutos, uma mulher é vítima de arma de fogo e a cada 22.5 segundos, uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento.

O Atlas da Violência (Ipea, 2018), revela que no Brasil mata-se mais mulheres negras do que brancas. O documento mostra que, de 2006 a 2016, o número de assassinatos de mulheres brancas



caiu 8%, enquanto o das negras aumentou 15,4%. Agrava-se ainda mais a condição das mulheres indígenas. A falta de documentação impede de se ter dados sobre esta realidade. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), destacam que uma em cada três mulheres indígenas é estuprada ao longo da vida.

Necessário enfatizar que as mulheres morrem, não porque se submetem a esse poder, mas porque resistem. Morrem porque defendem seus filhos e filhas. Morrem quando rompem a relação de opressão e violência. Morrem quando o poder público não implanta políticas com transversalidade de gênero e raça. Morrem quando não encontram nos órgãos do Sistema de Justiça, a defesa do seu direito de viver uma vida sem violência.

Para o feminismo, longas e profundas batalhas se avizinham tanto no enfrentamento ao machismo, como na intersecção da luta de classes com o enfrentamento ao racismo. As relações raciais no Brasil foram historicamente uma forma de construir o sistema de dominação no qual vivemos, que teve por base o escravismo e o colonialismo, ambos articulados ao patriarcado capitalista. Nesse 8 de março é necessário mais uma vez, erguer a bandeira das mulheres como sujeito político.

E nesse sentido, é fundamental a unidade de todas as mulheres, negras, indígenas e não-negras, com o conjunto da classe trabalhadora.

FORAM MAIS DE 221 MIL REGISTROS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SÓ EM 2017

Nesse contexto, profissionais de Serviço Social que detêm seu projeto ético-político profissional avançado e radicalmente crítico, devem contribuir para a luta do movimento feminista e de

mulheres. A/O assistente social em sua formação prende valores éticos que foram construídos histórica e coletivamente junto à luta dos movimentos sociais e das mulheres.

O projeto ético-político profissional tem valores alicerçados

**ACONTECERAM DIARIAMENTE,
606 CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
COM LESÃO CORPORAL DOLOSA**

na defesa intransigente dos direitos humanos, na recusa a qualquer forma de preconceito e discriminação por questões de gênero, identidade de gênero, raça/etnia e classe social.

Para além dos compromissos historicamente construídos pelo Serviço Social em relação à classe trabalhadora, esta profissão, que é maciçamente feminina, deve esforçar-se para materializar no cotidiano profissional a sororidade, já que trabalha diretamente com um público-alvo também em sua grande maioria com mulheres e suas demandas que, não raras vezes, são sequelas do machismo e do patriarcado.

É preciso engajar-se na luta das mulheres também como sujeitas, não só por compromisso técnico-político, mas por compor e viver a mesma realidade que as usuárias de seus serviços e sofrer os mesmos impactos e violências que elas têm no cotidiano da vida e do mundo do trabalho, contribuindo assim para a eliminação das desigualdades sociais de gênero, para a elevação da cultura da igualdade, da justiça e da emancipação feminina e social.

Elza Maria Campos – Conselheira do CRESS – PR

Tamires Caroline de Oliveira - Conselheira do CRESS – PR

Daraci Rosa dos Santos – Integrante da Comissão Permanente de Ética do CRESS-PR

Heliana Hemetério dos Santos

HISTORIADORA E FEMINISTA

Heliana Hemetério dos Santos, 66 anos, historiadora pós-graduada pela UFRJ, com especialização em Gênero, Raça e Sexualidade com foco na violência racista e homofóbica. Feminista, coordenadora executiva da Rede Mulheres Negras/PR. Vice-presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e representante do segmento LGBTI no Conselho Nacional de Saúde.

CRESS: As demandas da mulher negra continuam as mesmas de vinte ou dez anos atrás? Ou as mudanças ocorreram, pra melhor, de modo significativo?

Não resta dúvida de que houve um grande avanço na pauta das mulheres negras. E eu quero demarcar isso com a Marcha das Mulheres Negras que 2015 levou 50 mil mulheres a Brasília reivindicando uma pauta pelo Bem Viver. É um avanço gerado por um acúmulo de demandas que nós mulheres negras estamos há anos reivindicando, e não só reivindicando, como também ampliando e construindo juntas o que culminou naquela marcha. Nós mulheres negras, somos responsáveis pela construção, planejamento e implementação da política de saúde integral da população negra. Essa não é só uma pauta, mas sim uma ponta do movimento negro, uma pauta especificamente das mulheres negras, quero deixar bem claro isso. Todas que estiveram à frente da construção dessa política pública foram mulheres negras.

CRESS: Como a mulher negra pode avançar nos espaços da sociedade, dentro da medicina, do direito, e não apenas nas funções públicas?

Quando você questiona como vamos trabalhar para tirar as mulheres negras que estão sempre nas áreas humanas e trazê-las para áreas como a medicina, a odontologia, farmácia, eu destaco que as ciências exatas ainda continuam completamente brancas porque são, eu diria assim, atividades de formação que necessitam de dinheiro. Para ser médico, você tem que ter um mínimo, por mais sacrifício que faça, estuda, faz fotocópias dos livros, vai à biblioteca, ainda não consegue seguir a profissão porque são categorias que exigem um certo poder aquisitivo. Não estou falando de ter dinheiro, falo de ter o mínimo. E além disso, são as categorias que mais excluem a população negra. Isso eu garanto porque faço parte da comissão de cotas da Universidade Federal do Paraná, que julga quem tem direito às cotas ou não. Vi muitos absurdos com pessoas completamente brancas e que chegam ali se apresentando como pardas porque têm uma avó negra. Na realidade, tentam a inclusão na universidade através das cotas raciais, justamente aquelas que não têm direito, e o pior é que essas pessoas fazem parte exatamente do segmento da sociedade que exclui a população negra.

Nós não podemos negar que quando temos que implementar



nas esferas dos governos federal, estadual e municipal a Saúde integral da população negra, encontramos muitas dificuldades. Temos ali médicos, enfermeiros, assistentes, técnicos de saúde, mas todos com uma ideologia muito racista ainda e que por isso, o acesso dos negros aos espaços da medicina, por exemplo, é limitado. Essas carreiras são majoritariamente brancas, permanecem brancas e lutam para continuar brancas. Não há nenhum interesse da sociedade em ter médicos negros.

CRESS: Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54%, segundo o mapa da violência. Já o de mulheres brancas caiu 9,8% no mesmo período. A senhora relaciona o aumento da violência contra as mulheres negras ao crescimento do racismo?

Não há dúvida de que o racismo é um dos elementos que fez aumentar a morte das mulheres negras, mas há outros. O racismo diz aos negros que eles não podem ascender tanto. Eu sempre digo que os brancos permitem que nós negros cheguemos à página 30, mas quando vamos abrir a página 31, eles dizem que não, que era mesmo só até a página 30, e que a partir dali, são eles que escrevem a história. É uma metáfora que sempre uso. Então, em relação à morte das mulheres negras, é exatamente assim, elas pagam pela ousadia de serem emancipadas, ter autonomia, crescimento acadêmico e cultural. E além do racismo, elas enfrentam o machismo. Elas são assassinadas não somente por homens fora do núcleo familiar, mas também, e principalmente, pelos maridos, companheiros e namorados, exatamente porque elas dizem não no momento em que se dão conta de que sustentam a casa, pagam as contas e buscam uma vida melhor. Por estar com um homem que não consegue dar esse salto de qualidade, elas pagam com a vida.

CRESS: A senhora reconhece que as próprias mulheres sentem uma certa dificuldade em se declarar feministas, e portanto, lutar por direitos iguais?

As mulheres, não digo todas, têm sim dificuldade em se declarar feministas. Primeiro porque existe uma desconfiança em relação ao feminismo. Dizem que feministas são mulheres que não gostam de homem e aí, elas cairiam nesse espaço da lesbianidade que é um espaço de rejeição e preconceito.

Isso vem desde que o movimento feminista chegou, mas o movimento não foi criado para lésbicas, ao contrário. O movimento feminista até hoje não incorporou a pauta das lésbicas como deveria incorporar.

CRESS: Mulher, negra e lésbica. Qual é o tamanho dessa luta pra ser ouvida e respeitada?

Quanto a ser mulher negra e lésbica você passa pelo conceito

da interseccionalidade de que a Kimberly Grisham fala muito bem, que seria a soma de vários preconceitos. Você é discriminada porque é mulher, você é discriminada porque é lésbica, você é discriminada porque é negra. Aí você tem a misoginia, a lesbofobia e o racismo pautando os seus movimentos de vida.

CRESS: A luta da mulher negra consegue estabelecer parcerias com movimentos feministas e de esquerda?

A luta da mulher negra consegue estabelecer parceria com o movimento feminista sim. Porém, não como nós mulheres negras desejamos. Desejamos como? Desejamos que elas assumam de fato a pauta do racismo, que elas assumam os privilégios das mulheres brancas, que são sustentados pelo racismo e isso é muito difícil entender. Quando falamos isso de maneira crua, até chocamos, mas o racismo sustenta sim essa sociedade ao colocar na subalternidade de homem e mulher negros, e as mulheres negras estão na base da pirâmide da subalternidade. Essa questão de dizer que nós as mulheres negras sofrem, que somos vulneráveis, não, nós não somos vulneráveis. Vulnerável é o racismo que a sociedade nos impõe. Vulnerável é a exclusão que a sociedade nos impõe. Então é preciso que os movimentos feministas entendam o que é uma mulher negra dentro desse movimento.

CRESS: Sem sombra de dúvida, as mulheres estão

envolvidas em todos os tipos de luta coletiva, algumas com mais demandas, outras com menos. Aonde elas vão chegar?

Não posso dizer aonde nós vamos chegar. Nós vamos continuar a luta, na resistência, lutando por direitos. Acredito que teremos avanço no futuro, mas nesse momento estamos somente resistindo.

CRESS: Como as/os assistentes sociais podem atuar nesse processo de transformação?

As/os assistentes sociais podem estar dentro do olhar de solidariedade e sensibilidade. Exemplo: você não pode lidar com uma mulher negra como você lida com a mulher branca. Jamais, jamais, mesmo que a mulher branca chegue para você e conte todos os dramas da vida dela. O fato dela ser branca já diz que ela sempre teve, tem e terá alguns privilégios que as mulheres negras jamais terão. O racismo corta qualquer tipo de privilégio. Então você, como assistente social, não pode olhar para uma mulher branca como olha para uma mulher negra. Isso tem que estar muito nítido para a/o assistente social. Isso não é discurso de tristeza e não é discurso de vitimização. A sociedade olha assim. Diante de uma mulher lésbica que traz na aparência dela o estigma da exclusão, a/o assistente social precisa perceber as especificidades dessa mulher e como tratá-la.



Megg Rayara Gomes de Oliveira

TRAVESTI, PRETA, ESPECIALISTA EM DESENHO E HISTÓRIA

Megg Rayara Gomes de Oliveira, travesti preta, graduada em licenciatura em Desenho e Especialista em História da Arte pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná; Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira pela Universidade Tuiuti do Paraná; Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisa gênero, diversidade sexual, educação das relações Étnico-Raciais, Arte Africana e Afro-Brasileira. Atua no movimento social de negras e negros e no movimento LGBT. É professora de desenho e pintura na Fundação Cultural de Curitiba e pesquisadora do NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná

CRESS: Ter obtido o título de doutora na UFPR foi uma conquista que provocou a reflexão que sempre julgou necessária?

Ser a primeira travesti negra a obter o título de doutora no Brasil possibilitou muitos debates, principalmente a respeito das múltiplas exclusões que incidem sobre nós.



Embora seja uma conquista importante, ela colocou em evidência uma situação que não era sequer considerada. Muitas universidades passaram a discutir propostas de políticas afirmativas para pessoas trans e isso é muito positivo.

CRESS: É sempre bom lembrar, pra não deixar dúvidas, que o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e pessoas trans no mundo, segundo a mais recente atualização do relatório da ONG Transgender Europe, que acompanhou as ocorrências de 2008 a

2015. Qual é a base dessa violência?

A violência é motivada por transfobia. A naturalidade com que somos atacadas e a falta de punição estimula essa violência. Muitas vezes os ataques começam dentro de casa, se estende para o restante da família, vizinhos, escola... É como se essa violência fosse legítima, portanto isenta de punição. É uma situação que nos acompanha diariamente e nos obriga a rever estratégias diárias de sobrevivência.

Somos expulsas de casa, da escola, do mercado formal de trabalho. Não é uma violência inata. Ela é ensinada e estimulada. A impunidade colabora para esse quadro absurdo de assassinatos.

CRESS: De acordo com levantamento feito em 2017 pela RedeTrans (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil), 82% das mulheres transgêneros e travestis abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos. Isso porque elas não são acolhidas nas escolas?

O primeiro abandono acontece dentro de casa. Sem apoio familiar é muito improvável que uma menina trans consiga enfrentar os problemas que se mostram no espaço escolar. Esses problemas começam quando reivindicamos o uso do nome social e um tratamento no gênero feminino. Quanto mais cedo fazemos isso, mais violência sofremos. A escola é um espaço normalizador e normativo e reproduz a lógica de que o gênero é uma continuação do sexo biológico. Ainda que tenhamos uma portaria do governo federal que reconhece esse direito desde 2011, esbarramos na visão preconceituosa dos gestores e gestoras da educação. A escola é um espaço muito violento para as pessoas trans. Não é um espaço seguro.

CRESS: E como usar a educação como um fator transformador para as pessoas transgêneros diante de tais números?

É fundamental discutir essa situação de forma recorrente. Denunciar os abusos do sistema educacional, seja através das ONGs, seja através das pesquisas acadêmicas, além de construir redes de apoio dentro dos espaços de educação formal. É importante também que as pessoas trans que estejam em espaços de poder se posicionem a respeito. Nosso papel tem que ser político e assim, contribuir para a construção de uma educação formal mais acolhedora.

CRESS: Você concorda que a discussão acerca da transexualidade entrou numa nova era e que as perspectivas não são boas a partir do momento em que se vê uma resistência maior por parte do Estado?

Esse tema é emblemático em qualquer espaço, principalmente para problematizar as inúmeras situações de violação de direitos. A educação é um espaço importante, por isso tem concentrado muitos desses debates. Outro ponto importante é a questão da empregabilidade. É fundamental que o mercado de trabalho nos acolha. Tanto a educação quanto o mercado de trabalho passam por questões que envolvem o Estado.

CRESS: A sociedade já entende melhor o que é o processo de identidade de gênero ou ainda há muita negação

em torno desse assunto?

Melhorou muito. Raras são as situações de desrespeito em espaços públicos, mas ainda me deparo com pessoas que insistem em me tratar no gênero masculino. Essa compreensão precisa ter desdobramentos na educação e no mercado de trabalho. Mas hoje consigo sair com mais tranquilidade durante o dia.

CRESS: Qual é o caminho que a mulher trans deve tomar para que pare, definitivamente, de ser vista como um ser exótico e passe a ser respeitada como a mulher que é?



O interessante é que ao adentrar o espaço acadêmico e o movimento social, mais especificamente o movimento feminista, houve uma reação negativa por parte de muitas estudiosas de gênero e muitas feministas que passaram a nos tratar como homens. Enquanto éramos objetos de pesquisa havia mais empatia. Bastou reivindicarmos um protagonismo e passaram a nos masculinizar de forma violenta. O avanço das feministas radicais é uma tentativa de nos silenciar. Mas não vão conseguir

CRESS: Nos dias atuais, quais os maiores desafios para a pessoa trans se assumir como mulher, e exercer os seus direitos como cidadã e como feminista?

A grande questão é saber ouvir e não tentar nos impor verdades a partir da vivência que emerge da experiência profissional. É muito recorrente debates verticalizados em que o saber acadêmico se sobrepõe à experiência de vida de mulheres trans e travestis. Não estabelecer hierarquias entre os saberes é um passo importante e a partir daí, traçar ações que tenham como meta a inclusão.

CRESS: Pelo o que você já ouviu falar sobre o Projeto de Lei Anticrime, do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, você tem a sensação de que a população negra das periferias realmente serão as mais atingidas?

Li algumas críticas a respeito e tudo aponta para uma tentativa de legalizar aquilo que já é praticado, principalmente em relação às ações policiais. O genocídio da juventude negra será legalizado e isso revela a visão elitista e racista desse projeto. É necessário lembrar que em 2017, a maioria das vítimas de violência transfóbica eram negras, totalizando 82% dos casos. Esse projeto é uma licença para matar pessoas pobres, negras, travestis e transexuais. Nos matam muito jovens e por isso também não conseguimos acessar as universidades. A expectativa de vida de uma pessoa trans é de apenas 35 anos.



Ana Carolina Dartora

MESTRA EM EDUCAÇÃO

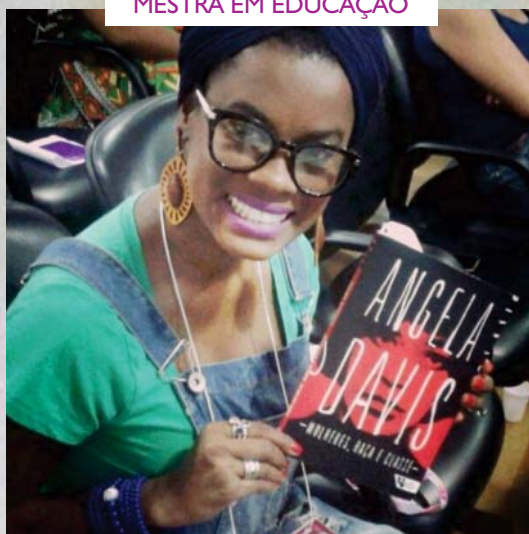
Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), linha cultura, escola e ensino, Ana Carolina Dartora tem especialização em Ensino de Filosofia (UFSCAR), é bacharela em História e professora de História na rede estadual de ensino do Paraná. Feminista, negra, é militante da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Negro.

GRESS: A mulher negra e a mulher branca estão conseguindo falar do racismo da mesma maneira? Elas têm o mesmo entendimento sobre o que é o racismo, e a diferença no modo de vida que cada uma leva de forma geral?

Branças e negras não tratam de racismo da mesma forma. No Brasil, isso ainda é uma ferida aberta. Nós negros, discutimos nossa negritude constantemente, porém nosso maior desafio é que brancas passem a discutir sua branquitude, significados e privilégios. Não fomos devidamente educados para a convivência em igualdade racial, então precisamos que mulheres brancas agarrem com mais veemência esse debate. Sem superar a desigualdade racial no Brasil não avançamos.

Ambas não conseguem falar de racismo da mesma maneira, e também não poderiam, porque elas partem de lugares diferentes. A mulher branca tem a vivência de mulher branca e a mulher negra tem a vivência de mulher negra. Mas brancos e negros podem e devem falar de racismo, mas a partir da existência de cada um. Nós não estamos falando de racismo da mesma maneira também porque o movimento negro e nós mulheres negras temos construído há um bom tempo as relações raciais no Brasil. Discutimos a nossa negritude, mas um grande desafio que temos hoje é que os brancos passem a discutir a sua branquitude. Temos uma construção teórica pouco divulgada que se chama 'Os estudos críticos da branquitude', mas que é extremamente necessária na nossa sociedade multirracial e precisamos nos reeducarmos para as relações étnico-raciais. Só que, enquanto mulheres negras, não vamos fazer isso sozinhas. Precisamos que as mulheres brancas se debrucem sobre esses estudos, aprendam e passem a falar de raça a partir de sua branquitude. Reafirmo que isso é um desafio que temos a vencer e vejo que hoje é o maior limite para realmente nos reeducarmos para as relações étnico-raciais. O limite então é esse, que as pessoas brancas passem a se enxergar como raça, passem a se enxergar nessa sociedade, passem a enxergar as relações que são estabelecidas entre negros e brancos e discutam raça a partir de sua branquitude.

GRESS: Qual é o papel que a sociedade ainda impõe para a trabalhadora que é mulher e negra?



A vida que as duas levam de forma geral são muito diferentes. São olhares muito diferentes. Você tem pessoas brancas, por exemplo, dizendo que nunca viram o racismo, enquanto nós vemos o racismo todo dia, toda hora. Então, são existências muito diferentes. O Brasil é estruturado pelo sistema racial. A raça determina os lugares que você vai ocupar socialmente porque o racismo estrutura todas as relações no país. Então, existem uma vida negra e uma vida branca, e precisamos conversar sobre isso. As trabalhadoras negras ainda são a maior parte das empregadas domésticas, e a maior parte das traba-

lhadoras informais. São as que estão nos empregos precarizados. O trabalhador negro ainda tem as dificuldades simbólicas, que são as de acesso a espaços de liderança e de poder. O negro não é visto como competente para ocupar esses espaços. No caso da mulher negra, mesmo que tenha formação suficiente, ela não consegue se livrar do olhar racista sobre ela, e não só do olhar racista, tem ainda o olhar machista. E aí, ela sofre com a desigualdade multiplicada, o racismo e o machismo. Quanto à ascensão de mulheres brancas, sabemos que elas têm mais dificuldade de assumir posições de lideranças. Essa diferença de carreira entre homens e mulheres é muito clara por conta do que chamamos de 'Teto de Vidro'. Então é isso. Observamos muito claramente, e não é difícil de observar, que os espaços sociais ainda são totalmente delimitados no Brasil.

GRESS: E dentro da universidade, isso é muito diferente?

Dentro da universidade não é diferente. Essas desigualdades operam combinadas da mesma maneira no espaço universitário, e lá ainda tem uma especificidade, que é o fato de ser um lugar de poder, de muito poder. A construção intelectual está sendo feita ali dentro. As mulheres negras, que têm muita dificuldade para acessar esse espaço, justamente por serem as trabalhadoras, combinarem carga de trabalho com o estudo, quando se tornam professoras ou intelectuais, sofrem com outras dificuldades. O Brasil ainda não aprendeu a ler as intelectuais negras, e não dá o valor devido para produção intelectual negra. A branquitude ainda não se educou para ler autores e autoras negros. Então, são as mesmas coisas se repetindo em espaços diferentes.

GRESS: Você já declarou que o movimento do feminismo negro é um dos mais organizados no Brasil. Isso significa que ele está preparado para enfrentar os desafios, caso o governo de Jair Bolsonaro retire direitos já adquiridos ou impeça que outros sejam conquistados?

Patrocínio diz que o movimento feminista negro é um dos mais organizados, e por que eu disse isso em outros momentos? Porque a nossa organização vem de muito tempo. Estamos lutando desde a abolição da escravidão até hoje. Então, temos aprendendo

dido a fazer resistência, na luta mesmo, fortalecendo a nossa resistência. Estamos aqui ainda por conta da nossa resistência. Conseguimos políticas públicas por conta da nossa organização e resistência, como por exemplo, a política de cotas que é um avanço social enorme. Sem cotas para diminuir a desigualdade racial, levaria no mínimo uns 100 anos. Com o sistema de cotas, conseguimos fazer isso em 20 anos, então, é uma das nossas maiores conquistas. Sem falar que foi uma conquista do movimento negro que acabou beneficiando toda a população brasileira porque quando pautamos o sistema de cotas, estabelecemos cotas também para alunos de escola pública, e não só para pessoas negras. Portanto, um benefício para toda a população. Por essas e por outras é que eu digo que estamos muito bem organizadas/os e muito bem preparadas/os para fazer resistência nesse momento atual. Quanto ao governo Bolsonaro, para nós, a perda de direitos trabalhistas não significa muita coisa já que somos as/os trabalhadoras/es informais, e a minoria nos serviços públicos. Então, temos feito uma construção muito antiga e adquirimos assim, estratégia de luta para sobreviver no trabalho informal, sem reconhecimento, e com enfrentamento à violência. A violência que o Bolsonaro expressa contra a população negra é uma violência que sempre esteve posta na sociedade, não é uma novidade.

GRESS: O presidente Jair Bolsonaro afirmou que Brasil gasta demais em Educação. Com a experiência que você tem com educação, viu na declaração dele, algum fundamento?

Eu nem sei o que dizer das coisas que o Bolsonaro fala. Não precisa ter muita inteligência para saber que tudo o que ele fala é um absurdo, então se ele falou que o governo está investindo muito em educação, que ótimo. Eu nem sei como responder isso, mas sei que a educação no Brasil está agonizando. E entre todas as reformas que já tivemos e que ainda vamos ter, a reforma da educação é uma das mais ridículas que eu vejo porque a PEC do ex-presidente Temer já havia cortado verba da educação e o Bolsonaro continua com essa política. O que dizer de uma pessoa que acha que educação não é importante? Não sei o que responder (risos). A educação brasileira tem um nível de precariedade muito alto, e nos governos petistas tivemos um avanço em investimento, em educação, projetos maravilhosos como o Ciências sem Fronteira, o ProUni, e o FIES que beneficiou tanto a população brasileira. Não foram suficientes, sabemos, porque são projetos que tinham seus limites, mas havia essa construção e perspectivas de melhorar a educação e a escola pública cada vez mais, de investimentos em formação de professores, e agora tudo isso se estancou. E não existe uma perspectiva. Esse governo realmente não entende a importância da educação para o Brasil. Acho que o Bolsonaro nunca entrou numa escola pública, nunca viu o nível de precariedade de uma escola pública. Não, ele não é um homem letrado, então não me admira que ele não valorize a educação e não veja o porquê da necessidade de investimento em educação. Isso é um atraso. Acho que um dos golpes mais duros que a gente tomou, sem dúvida, foi na educação. É só atra-



vés da educação que conseguimos construir alguma coisa, que conscientizamos as pessoas, e sem ela fica difícil.

Quem vai ter que fazer a resistência hoje são os professores em manter seus conteúdos de História, Filosofia e Sociologia para não cairmos numa alienação como foi no período da ditadura quando essas matérias foram tiradas dos currículos por 40 anos, e sabemos ao impacto que isso teve na nossa sociedade. Então, para não cairmos no mesmo erro, agora a resistência tem que ser dos professores.

GRESS: Entra ano, sai ano, e os índices continuam apontando que a violência, inclusive os assassinatos, atinge muito mais, mas muito mais mesmo, as mulheres negras do que as brancas. É só racismo a causa ou essas mulheres vítimas de todo tipo de violência estão sendo excluídas de políticas universais e nada específicas? Qual é a sua visão desses números?

Sim, os números da violência contra as mulheres negras aumentaram. Vimos o feminicídio diminuir entre mulheres brancas e aumentar entre mulheres negras. Eu atribuo isso a alguns fatores. Não só que estão matando mais, já que sabemos que a violência aumentou muito, ainda mais agora que temos um presidente que fomenta, que legitima discursos de violência. Mas temos mais pessoas conscientes também, mais mulheres se declarando negras, mais denúncias, mais compreensão do que é a violência contra mulher, mais compreensão do que é o feminicídio, então, atribuo esses números, esse aumento a todos esses fatores somados. Mas também é um fator importante a falta de políticas de proteção, de políticas de segurança para as mulheres que estão mais à margem, que são as mulheres negras que moram nas periferias.

Então, a falta de políticas públicas e de segurança, sem dúvida, pesam bastante nesses números e no aumento dos casos.

GRESS: O que há por trás do feminicídio? Puro ódio? E de onde vem esse ódio?

O que está atrás do feminicídio é o machismo, é o patriarcado, é a violência machista. É essa sociedade que se construiu achando que mulheres são menos gente, que negros são menos gente, que mulheres negras são menos gente ainda. É essa compreensão que faz e que autoriza que um outro Ser seja violado, violentado, morto, desvalorizado. O que está por trás do feminicídio é essa forma como a nossa sociedade se construiu colocando o homem branco como sujeito universal e o resto como sujeito particular que pode ser aviltado de todas as formas. É isso que está no inconsciente, no imaginário da sociedade que se desdobra e que culmina no feminicídio. Por isso é que precisamos passar por uma reeducação. Eu acho que a educação tem papel fundamental nesse processo. Quando falei sobre os conteúdos que foram retiradas dos currículos, são esses conteúdos, são esses temas que temos que discutir na escola, e em todo lugar que pudermos porque é só educação que tem o poder de transformar essa sociedade. Precisamos reeducar homens e mulheres. Eles precisam se reeducar na forma

como se relacionam. Eles precisam entender que são diferentes, porém iguais em direitos. Da mesma forma que brancos e negros precisam se reeducar e entender como se relacionar, como se relacionar em igualdade. A sociedade aprendeu a se relacionar de uma forma completamente desigual e violenta.

CRESS: As mudanças propostas na Previdência Social atingem sobretudo às mulheres. Na sua opinião, o que isso indica?

Todas as reformas e a da Previdência não seria diferente, atingem a população mais vulnerável, formada por mulheres, e mulheres negras. É um projeto político de não olhar para esses sujeitos que precisam ser amparados pelo Estado. É uma política de fechar os olhos para as desigualdades, para as diversidades. Então, a Previdência Social não é diferente das outras reformas; elas estão aliadas e são um projeto político, um projeto desse governo e por isso não tem problema nenhum. Bolsonaro não está nem aí se as mulheres vão trabalhar mais, se as mulheres vão ser as mais prejudicadas, isso não é uma questão para esse governo e para esse projeto político. É mais uma amostra da força do patriarcado nos oprimindo, é mais uma mostra da violência do patriarcado sobre nós, da estrutura que precisamos urgentemente transformar. Lembrando que no Brasil quase não tem mulheres na política, e poucas ocupam espaços de decisão.

CRESS: O movimento feminista passou por várias fases. Qual é o entendimento que você tem dele hoje?

É, o movimento feminista passou por várias fases. Mulheres tendo que se entender como mulheres, e compreender essa coisa da dominação masculina... É uma construção muito linda que o movimento feminista está fazendo também, mas a visão que tenho dele hoje é o mesmo entendimento que tenho do movimento negro. Chegamos ao limite, mas qual é o limite? Homens discutindo seus privilégios, a sua masculinidade, a sua masculinidade tóxica, homens aprendendo a se reeducar para se relacionar com mulheres? Há um desafio que eu acredito que o movimento feminista tem hoje: invadir o espaço de poder e de decisão. Se não invadirmos esses espaços, não vamos ter muito mais para construir. Precisamos das mulheres nesses espaços para aprovar políticas, para criar projetos. Temos lutado com questões muito simbólicas. Hoje você pode falar “Nossa, as mulheres podem se candidatar e se eleger”. Sim, podem, não é proibido, mas por vivermos numa sociedade que tem esse olhar de que as mulheres não deveriam estar nesses espaços, as pessoas não votam nelas. É difícil levarmos até o fim candidatura de mulheres. Então, eu acredito que precisamos aprovar cotas no Congresso Nacional, e na Câmara de Mulheres. É isso que movimento feminista tem que fazer hoje, invadir o poder, os espaços políticos, senão, não avançamos mais.

CRESS: Numa breve avaliação, o futuro é de mais momentos de retrocesso ou de avanços? E em que mãos estão os avanços?

Eu costumo dizer que não tenho medo do que os homens fazem e que as mulheres também podem fazer.

Isso não me preocupa. Eu sei que podemos fazer muita coisa que os homens fazem. O que me preocupa é o que nós mulheres podemos fazer, mas que não estamos fazendo. As políticas que podíamos estar pensando... Particpei de um curso recentemente e dei aula de 'História da política' para mulheres e conversava com elas sobre ter sido as mulheres que incluíram saúde pública no Brasil, por meio do SUS. Esse é um olhar nosso. É uma construção do movimento feminista, é um legado do feminismo para o nosso país. Então, o que mais poderíamos estar pensando, o que mais poderíamos estar fazendo? Essa falta, esse vácuo das mulheres decidindo, pensando e executando é que me assusta muito e se expressa na desigualdade que temos no país. Na desigualdade social, na desigualdade racial, um homem jamais vai olhar a sociedade da mesma forma que uma mulher, assim como uma pessoa branca jamais vai olhar a sociedade da mesma forma que uma pessoa negra. Um teórico que gosto muito, Boaventura Sousa Santos, diz que precisamos de uma 'Ecologia de saberes', ou seja, precisamos dos saberes das mulheres, dos saberes dos negros para construir um país em equidade. Sem isso, nosso país vai ser eternamente desigual. Para mim, esse é o nosso momento hoje, a construção do movimento feminista nos espaços de poder, decisão e execução.



CRESS: Como é que você avalia o Projeto de Lei Anticrime, do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, em relação ao impacto que vai provocar na periferia?

O projeto do Moro explicita esse momento que estamos vivendo, que é de um retrocesso gigantesco, de uma violência simbólica enorme, e de uma falta de preocupação com a população vulnerável. Com certeza, esse projeto aprofunda a violência contra negros e sabemos que os negros e a população periférica são o alvo preferido do sistema penal brasileiro. Costumamos dizer que as cadeias são as novas senzalas. É o show dos horrores da desigualdade racial brasileira, da violência racista, do racismo institucional. Isso é explicitar a rescisão institucional no sistema penal brasileiro.

CRESS: Nesse processo de lutas e de conscientização, as/os assistentes sociais têm um papel relevante?

Acredito que elas/es estão no momento muito semelhante às/aos das/os professores, porque trabalham diretamente com a população marginalizada e vulnerável. As/os assistentes sociais compreendem e conseguem enxergar a necessidade das políticas públicas. Então, elas/es estão nesse lugar de fazer a defesa dos bens sociais, das conquistas sociais e implementá-las. Nesse momento de perda de direitos, de perda de conquistas sociais, as/os assistentes sociais estão no lugar muito semelhante ao das/os professoras/es, que é de fazer resistência, de fazer denúncia, de se agarrar naquilo que já foi conquistado para podermos continuar numa caminhada de avanço. Assistentes sociais têm o papel de amenizar sequelas desse sistema violento, burguês e capitalista em que vivemos.

Izabela Marinho

PRESIDENTA DA UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES

Aos 23 anos, Izabela Marinho é acadêmica de gestão pública no Instituto Federal do Paraná (IFPR), e eleita em 2017, presidenta da União Paranaense dos Estudantes (UPE), sendo a quarta mulher e a primeira negra a ocupar essa tarefa.

CRESS: O governo de Jair Bolsonaro se diz preocupado com os gastos com educação e os baixos índices de qualidade dos estudantes. Qual é a sua opinião sobre o ponto de vista do governo federal sobre a educação?

Claramente se vê que o governo federal não conhece a realidade das escolas e universidades brasileiras. Quando se coloca o estudante num ambiente de educação de qualidade, numa sala de aula com cadeiras e material didático decentes, para que ele possa ter acesso ao ensino e à alimentação, isso já garante, não só a qualidade do que aprende, como também, o crescimento do país. Prova disso, foram os avanços em tecnologia que tivemos durante os governos Lula e Dilma. Quando se teve aumento nos investimentos na educação, descobriu-se o pré-sal, e houve avanços nas pesquisas de células troncos. Um exemplo muito claro do que acontece quando há investimentos, é o Maranhão, estado que investe cada vez mais não só na educação de base, mas também nos profissionais da educação, e em todo o sistema educacional. É esse investimento que garante a qualidade da educação. Então, esse posicionamento do presidente da República só prova que o governo federal não conhece a realidade dos estudantes brasileiros, jovens que só querem mais qualidade de ensino para garantir que o país cresça.

CRESS: As mulheres vítimas de seus ex e atuais companheiros não são apenas pobres ou ricas, negras ou brancas. Estudadas ou analfabetas. O feminicídio tem atingido todas, de uma forma geral. O machismo é a única explicação que vem à sua cabeça?

Machismo é um produto desse sistema de castas que precisa de um oprimido para que o opressor se dê bem. É necessária que haja uma mudança de cultura. Existem sim crimes em que a mulher é vítima apenas por ser mulher e somos nós que temos que mudar tudo isso. Então, as mudanças culturais é que podem contribuir para mudar essa situação.

CRESS: Diante da frequência dos casos, como o Estado deveria encarar os feminicídios, na sua opinião?

Por mais que façamos essa mudança de cultura, campanhas e mobilizações para que tudo isso se transforme, para que a sociedade mude, ainda sim, não podemos nos eximir da responsabilidade de que existe o feminicídio, e que é crime, e precisa ser tratado



como tal. É imprescindível, até para coibir essa prática, que se não for possível por meio da mudança de cultura, que seja através da lei para que as mulheres não morram mais todos os dias pelo simples fato de serem mulheres.

CRESS: Num Brasil machista, em tempos de muita violência e autoritarismo, como ter voz sendo mulher, negra e jovem?

Não é fácil. Primeiro que não é fácil se entender como mulher, se entender como negra, se entender como jovem e assumindo as responsabilidades que precisamos assumir perante à sociedade. E o universo onde ser mulher é ser menos que o homem, ser negra é ser menos que o branco, ser jovem é ser menos que uma pessoa mais velha, é muito difícil, principalmente tendo em vista o Congresso Nacional que temos hoje, majoritariamente de homens, brancos e velhos. Então, são situações que fazem com que nos sintamos cada vez menos parte da sociedade. Se aquele é um espaço de representação da nossa sociedade, onde se decide como vamos viver, porque então ele não representa a galera que está aqui, pessoas como eu? Então, se passa muito isso. Até que nos entendamos, e nos reconheçamos no nosso papel, temos que percorrer um caminho muito longo. E aí, quando nos entendemos com esses papéis dentro dessas figuras, precisamos também assumir a responsabilidade de se utilizar dessas pautas e lutas. Nos sentimos com a responsabilidade de travar batalhas para que violência como essas, violência de gênero, não ocorram mais e aí, temos que fazer com que cada dia da nossa vida seja dedicado a essa luta.

CRESS: As transformações pelas quais o país está passando podem e devem provocar uma nova forma de os movimentos feministas se organizarem?

Eu acho que não é nem que podem, elas já têm provocado. Acho que o movimento feminista é um movimento muito diverso dentro de si. Como militantes, temos maneiras muito diversas de pensar o que é o feminismo, como o movimento e as mulheres devem se organizar. Em outros momentos, já foi muito difícil construir uma pauta unitária, por exemplo, em torno do 8 de março com todos os movimentos feministas, mas temos conseguido fazer isso pelo menos nos últimos dois anos em Curitiba. E sempre foi uma dificuldade. Isso é uma prova de que a gente consegue se organizar e que essa provocação de que entender que nosso inimigo é outro e que ele tem nome e sobrenome, faz com que nos organizemos unitariamente na luta e essa unidade de 'ninguém solta a mão de ninguém' vai garantir a nossa vitória.